

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: estratégias para administração da atividade no país

Fabiana dos Santos Silva
fabyanasantos88@hotmail.com
UFMA

Sarany Rodrigues da Costa
saranycosta@live.com
UFMA

Conceição de Maria Belfort de Carvalho
cbelfort@globo.com
UFMA

Resumo: Dentre as estratégias que orientam a gestão da atividade turística no Brasil encontra-se o Programa de Regionalização do Turismo, que organiza a administração dessa atividade por meio de regiões e tem o objetivo de descentralizar, através de uma visão compartilhada e integrada, a coordenação do turismo no país. O Programa utiliza, também, a estratégia do Planejamento Participativo buscando inserir novos atores no processo de formulação e implantação das políticas públicas de turismo. Essas políticas e estratégias trouxeram a perspectiva de desenvolvimento, não somente para aqueles municípios que eram tidos como destinos turísticos consolidados, mas também para aqueles que se encontram em fase de estruturação da atividade, buscando inserir novos destinos no mercado turístico nacional e internacional. O presente trabalho tem por objetivo descrever as políticas públicas de turismo em vigor no país, buscando compreender a finalidade e os meios de elaboração dessas políticas, ressaltando as estratégias utilizadas para administração do turismo no Brasil.

Palavras Chave: Políticas Públicas - Turismo - Desenvolvimento - -

1 INTRODUÇÃO

Tratar de políticas públicas não consiste somente em apresentar conceitos e definições, nem ações desenvolvidas pelos Governos em benefício da sociedade, mas também em discutir como essas ações são elaboradas e com que propósito elas são desenvolvidas e implantadas, além de estudar as estratégias utilizadas para criação dessas políticas.

As políticas públicas são instrumentos que, se bem elaborados, implementados, monitorados e avaliados corretamente são capazes de promover o desenvolvimento social e econômico, não somente das populações, mas também dos setores da economia ao qual se destinam. São ações que visam à melhoria do bem estar social e, portanto, devem ser elaboradas levando em consideração a participação da sociedade.

O Brasil tem despertado para essa realidade e tem investido na criação de políticas públicas para os mais diversos setores econômicos, inclusive para o turismo. A criação do Ministério do Turismo (MTur), no ano de 2003, pode ser citada como um marco recente dos investimentos na organização e administração da atividade turística no país. O MTur veio com a missão de desenvolver o turismo, como atividade econômica com papel relevante na geração emprego e renda, de forma sustentável, proporcionando inclusão social.

O turismo representa uma oportunidade de aumento das receitas, não somente para o país, mas também para a população. Por isso, os esforços desempenhados no sentido de estruturar e promover essa atividade constituem-se em perspectivas de desenvolvimento socioeconômico para todos.

A fim de alcançar esse almejado desenvolvimento o país tem desenvolvido estratégias que primam pela descentralização na administração do turismo, a condução de uma gestão integrada e compartilhada, além da utilização do planejamento participativo, buscando, assim, maior inserção da sociedade no que diz respeito à organização da atividade turística.

Nesse sentido, busca-se, nesse trabalho, apresentar as políticas públicas de turismo em vigor no Brasil, ressaltando sua importância para a estruturação e o bom andamento da atividade em todo território nacional, destacando também as estratégias desenvolvidas para orientar a administração da atividade no país.

Para tanto, o estudo foi estruturado em cinco tópicos: *Definição de Políticas Públicas*, que aborda alguns conceitos imprescindíveis ao entendimento do tema; *Políticas Públicas de Turismo*, esse tópico traz definições específicas a respeito das políticas públicas aplicadas ao turismo; *Políticas Públicas de Turismo no Brasil* trata das políticas públicas desenvolvidas para estruturar o turismo no país; *Estratégias para Administração do Turismo no Brasil*, aborda, de forma mais específica, as estratégias utilizadas para condução da atividade turística em nosso país; e a *Conclusão* que traz as considerações gerais sobre as perspectivas de desenvolvimento da atividade turística no Brasil.

2 DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Antes de adentrarmos especificamente no campo das políticas públicas de turismo no Brasil, torna-se necessário traçarmos alguns conceitos, sem muito aprofundamento, a fim de um melhor entendimento do assunto proposto.

A Política Pública, segundo Dias e Matos (2012) e Zamot *et al* (2009 *apud* Zapata, 2003) está inserida no campo de estudo da Ciência Política, e diz respeito às decisões do governo com vistas ao atendimento das necessidades coletivas. Além de buscar atender às necessidades das populações, as políticas públicas surgem, também, com o objetivo de solucionar, ou amenizar os conflitos gerados em virtude das inúmeras diferenças existentes na sociedade.

Conceituar políticas públicas implica em trazer uma definição do termo política, que, para Rua (1998), pode ser caracterizada por uma série de procedimentos, formais e informais, que exprimem relações de poder e que são destinados a solucionar, pacificamente, os conflitos relacionados aos bens públicos.

O estudo das políticas públicas também pode ser considerado sob o aspecto interdisciplinar, pois, além da ciência política, abrange diversas áreas do conhecimento, tais como as ciências sociais aplicadas, a economia e a administração pública.

Ao definir políticas públicas, Dias (2003) afirma que elas constituem um “conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade”. São formadas por “linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum” (DIAS, 2003, p. 121). Assim, as políticas públicas refletem, a um só tempo, pensamento e ação do governo em favor do bem coletivo.

Em busca de alcançar esse “bem coletivo” e de satisfazer as diversas demandas da sociedade, o Governo, enquanto provedor e direcionador de recursos, precisa estabelecer prioridades e determinar objetivos que atendam aos anseios da população.

Nesse sentido, as Políticas Públicas surgem como uma forma de gerir os problemas e as demandas coletivas “através da utilização de metodologias que identificam as prioridades, racionalizando a aplicação de investimentos e utilizando o planejamento como forma de se atingir os objetivos e metas predefinidos” (DIAS e MATOS, 2012, p. 14).

A importância de estabelecer prioridades e racionalizar os investimentos reside no fato de que a sociedade apresenta um grande número de demandas coletivas que, por sua vez, deverão ser atendidas com um número limitado de recursos que o Governo dispõe. Logo, torna-se indispensável avaliar o caráter emergencial dessas demandas para que se possa distribuir os recursos da melhor maneira possível.

Na sociedade contemporânea, as políticas públicas têm passado por um processo de redefinição onde o Estado passa a ser o articulador de programas e projetos que abrangem não só as necessidades básicas da comunidade, mas todos os campos da vida social. Sendo o turismo um fenômeno socioeconômico, ele também está inserido nos campos de abrangência dessa articulação do Estado. O turismo tem ganhado cada vez mais espaço na esfera pública e tem sido contemplado pelo conjunto de ações do governo, visando seu desenvolvimento.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

O turismo é hoje uma das atividades mercadológicas com maior índice de crescimento. Devido a este processo de crescimento, houve uma maior preocupação com o setor por parte do poder público que passou a fomentar políticas de regulamentação e incentivos à atividade turística. Passou-se a inserir o turismo nas políticas públicas, trabalhando-o de maneira planejada com metas e ações pré-estabelecidas.

Segundo Castro (2004, p.09), compete às políticas públicas estabelecer diretrizes orientadoras através do planejamento de estratégias, identificando necessidades e problemas nos mais variados segmentos. Para tanto, deve haver a participação dos diversos atores envolvidos com a atividade turística.

Como nos afirma Beni (2003, p.101), para que haja o fortalecimento da atividade turística devemos entender por política de turismo o conjunto e fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país, determinando as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado.

Devemos assim fazer um levantamento das potencialidades e prioridade da localidade, para só então estabelecer metas e objetivos alinhados à política nacional de turismo, pois a política pública é de fundamental importância para a decisão do futuro do setor turístico no país. Dessa forma, a política pública nada mais é que o vetor de direcionamento do processo de planejamento, sendo um instrumento e resposta do poder público aos efeitos negativos do desenvolvimento (CRUZ, 2000, p. 33).

Como afirma Vieira (2011, p. 20), cabe ao Estado primar pelo planejamento e por todos os outros fatores essenciais ao desenvolvimento do turismo, em cooperação com a iniciativa privada para alcançar um bom desenvolvimento da atividade turística.

Segundo Hall (2004), para que haja o desenvolvimento satisfatório das políticas públicas de turismo é preciso avaliar e monitorar as ações, no setor de turismo. Avaliação e monitoramento são fundamentais na medida em que:

- Avaliam o grau de necessidades políticas e intervenções do governo;
- Possibilitam o teste de hipóteses referentes ao funcionamento do processo, a natureza dos resultados e a eficiência dos programas;
- Especificam sobre resultados e impactos da política;
- Medem a eficiência e relação custo-benefício das políticas e planos de turismo em termos dos recursos financeiros, humanos e de capital.

As políticas públicas são necessárias para o sucesso do setor turístico, pois estabelecem regras e diretrizes a serem cumpridas a longo e médio prazo; sem estas diretrizes o setor está destinado ao insucesso. Estas políticas servem para prevenir os problemas suscitados.

Vale ressaltar que é de responsabilidade do Estado montar infraestrutura básica, urbana e de acesso e à iniciativa privada cabe oferecer os serviços e disponibilizar os equipamentos turísticos. A política pública de turismo deve abranger os aspectos culturais, ambientais e sociais, como afirma Vieira, (2011, p.21):

A política de turismo deve ser entendida em sua complexa totalidade, agregando todos os seus componentes, afinal a atividade apresenta uma grande diversidade de atuação e as políticas, vale ressaltar, apresentam-se intersetorializadas, cabendo ao Estado a obrigatoriedade de ações de proteção do meio ambiente, preservação do patrimônio e do bem estar social.

As políticas públicas de turismo ainda são um assunto complexo, uma vez que as mesmas demoram a ser aplicadas no Brasil, principalmente por se tratar de um país de grandes dimensões geográficas, e o setor ainda não se apresentar completamente estruturado nos municípios do território nacional.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL

As estratégias que norteiam a gestão da atividade turística no Brasil percorreram um longo e demorado caminho até chegarem à atual conjuntura. A partir de 1938 é que surgem os primeiros sinais de intervenção do Estado na atividade turística quando do surgimento do Decreto-Lei Nº 406, o qual estabelecia autorização governamental para a atividade de venda de passagens aéreas, marítimas e rodoviárias (DIAS, 2003, p.128). No ano de 1939, em 27 de dezembro, foi criado o Decreto-Lei Nº 1.915, que instituiu a Divisão de Turismo, e que pode ser considerada como um organismo oficial de turismo da administração pública federal.

Como nos afirma Vieira (2011, p. 23), ao longo dos anos, várias foram as tentativas de organizar o setor de turismo no Brasil. No ano de 1940 foi instituído o Decreto-Lei Nº 2.440 para tratar exclusivamente das agências de viagens. Em 1946, a Divisão de Turismo foi extinta. Em decorrência disto as agências foram sujeitas ao registro no Departamento Nacional de Imigração e Colonização, organismo que assumiu o turismo no país.

Apenas em 1958, por meio do Decreto-Lei Nº 44.863, de 21 de novembro, foi criada a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR).

Segundo Dias (2003, p. 129), dentre as atribuições da COMBRATUR estavam:

- a) a coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e ao afluxo do estrangeiro;
- b) o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas;
- c) a simplificação e a padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e aos seus bens, recursos pessoais, meios de transporte e hospedagem;
- d) a promoção e o estímulo, por todos os meios a seu alcance, dos planos e equipamentos turísticos, especialmente os que se referem à construção e à remodelação de hotéis;
- e) a criação de serviços e instalações que ampliem e completem as zonas turísticas;
- f) a realização, com a colaboração dos Estados e Municípios, do inventário das áreas de interesse turístico existentes no país, a fim de ser levantado o patrimônio natural, com a finalidade de proteger, por meio de legislação adequada, a paisagem e outros motivos considerados como atração turística.

Ainda segundo o autor, a COMBRATUR representou o primeiro esforço para a articulação de uma política nacional de turismo. A COMBRATUR foi extinta no ano de 1962. Em 1966, a Política Nacional de Turismo foi reformulada com a criação do Decreto-Lei Nº 55, de 18 de novembro de 1966, que define a política, criando o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). A EMBRATUR assumiria o papel de normatizar as empresas prestadoras de serviços turísticos, facilitando incentivos fiscais à construção de equipamentos e serviços, além de executar as diretrizes que norteiam a atividade de turismo. (VIEIRA, 2011)

Em 1966, a Divisão de Turismo e Certames foi extinta e no ano subsequente, em 16 de janeiro, institui-se o Sistema Nacional de Turismo, por meio do Decreto-Lei Nº 60. 244, que era constituído pela EMBRATUR e pelo Ministério das Relações Exteriores.

Ao longo do tempo buscou-se promover recursos financeiros para o setor de turismo. Surge então, em 1971 o FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo), instituído pelo Decreto-Lei Nº 1.191. O FUNGETUR é responsável por investimentos privados e na infraestrutura.

A EMBRATUR assumiu uma nova denominação instituída no dia 28 de março de 1991, por meio da Lei Nº 8.181 e passou a ser uma autarquia com o nome de Instituto Brasileiro de Turismo com atribuições de formular, coordenar e executar a Política de Turismo no país.

O marco mais recente da política de turismo foi no governo Collor, em 1992. Nesse mesmo ano o Instituto Brasileiro de Turismo lançou o PLANTUR (Plano Nacional de Turismo) a ser executado entre os anos de 1992 e 1994 – considerado como o primeiro passo para a efetiva implantação de uma Política Nacional de Turismo. (VIEIRA, 2001 *apud* BECKER, 1999, p. 187).

Nos anos 90 as iniciativas adotadas pelo governo federal eram concentradas na esfera central: o corpo técnico da EMBRATUR e o Ministério da Indústria e Comércio, tendo assim pouca participação dos demais setores envolvidos no turismo.

No ano de 1994, o governo federal começou a preocupar-se e modificar esse quadro de centralização das políticas públicas, possibilitando assim a descentralização do turismo, com o lançamento em 1996 do PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo).

O PNMT adota um modelo de gestão descentralizada, como nos afirma Dias:

... Visava implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, simplificado e uniformizado, para os estados e municípios de maneira integrada, buscando maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística, de forma participativa. (DIAS 2003, p.144)

Na década de 90, foram instituídos pelo governo federal por meio da EMBRATUR programas e projetos que visavam o desenvolvimento sustentável do turismo, dentre eles, destacamos o PRODETUR-NE, que é um programa no qual o governo intervém na região nordeste por meio de infraestrutura básica, instalação de equipamentos urbanos e oferta de serviços públicos.

No ano de 2003, com a chegada do presidente Luís Inácio Lula da Silva ao governo federal, foi reestruturado o Plano Nacional de Turismo, criou-se também o Ministério do Turismo (MTUR), composto pela Secretaria de Políticas de Turismo, a Secretaria de Programas de Desenvolvimento e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR).

Em 2007, o Plano Nacional de Turismo proposto no início do governo do presidente Lula foi substituído por um novo Plano Nacional de Turismo – PNT 2007-2010 – uma Viagem de Inclusão, mantendo as mesmas bases para uma gestão política participativa e descentralizada.

Para um melhor ordenamento do PNT foram criados os macroprogramas que se apresentam da seguinte forma:

- Macroprograma 01- Planejamento e Gestão;
- Macroprograma 02 – Informação e Estudos Turísticos;
- Macroprograma 03 – Logística de Transportes;
- Macroprograma 04 – Regionalização do Turismo;
- Macroprograma 05 – Fomento à Iniciativa Privada;

- Macroprograma 06 – Infraestrutura Pública;
- Macroprograma 07 – Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos;
- Macroprograma 08 – Promoção e Apoio à Comercialização;
- Macroprograma 09 – Turismo Sustentável e Infância.

O Ministério do Turismo estruturou os Macroprogramas, que são desdobramentos temáticos agregados, escolhidos pelo seu potencial de contribuição para atingir os relacionadas á formulação e implementação da Política Nacional de Turismo. Esses Macroprogramas encontram-se estruturados em três grupos de atividades que se relacionam aos seguintes aspectos: à formulação e implementação da Política Nacional de Turismo (Macroprogramas de Planejamento e Gestão, de Informações e Estudos Turísticos, de Logística de Transportes); ao estabelecimento das referências básicas sobre a territorialidade turística do País (Macroprogramas de Regionalização do Turismo), e; às ações e atividades finalísticas de suporte (Macroprogramas de Fomento à Iniciativa Privada, de Infraestrutura Pública, de Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos e de Promoção e Apoio à Comercialização). Esses Grupos visam possibilitar, efetivamente, a construção das bases para o desenvolvimento sustentável da atividade turística (BRASIL, MTur, 2007a).

5 ESTRATÉGIAS PARA ADMINISTRAÇÃO DO TURISMO NO BRASIL

As políticas públicas de turismo no Brasil têm como estratégias principais a *descentralização, a gestão coordenada e o planejamento integrado e participativo*. Incluída na estratégia de descentralização está a ideia de Regionalização do Turismo que, por sua vez, consiste em

transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada (BRASIL, MTur, 2004, p. 11).

Ato este que é de extrema importância para a gestão do turismo no Brasil, pois trata-se de um país de grandes dimensões, necessitando, portanto, de estratégias que possam atingir todo seu território. Para que assim, por meio dessas estratégias, se alcance o desenvolvimento em todas as instâncias do país.

Partindo, então, da premissa da descentralização, o Ministério do Turismo instituiu, no ano de 2004, o Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil (PRT). Desde que foi concebido o Programa trouxe a participação efetiva da sociedade em geral, sendo o PRT fruto de uma ampla parceria realizada entre o MTur, o trade turístico, a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada (BRASIL, MTur, 2004). Parceria esta que deu certo e que vem sendo incentivada ao longo de todo o programa, como uma forma de modernização das ações do Estado na gestão do turismo.

Através das parcerias firmadas ao longo da formulação, implantação e desenvolvimento do Programa de Regionalização do Turismo, pretende-se alcançar os seguintes objetivos: dar qualidade ao produto turístico; diversificar a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional, e; aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista (BRASIL, MTur, 2004).

Ao adotar o modelo de regionalização proposto pelo PRT, o Estado deve inserir mudanças na forma de gestão das políticas públicas, conforme destaca o documento do próprio Programa de Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil, onde diz que

Adotar o modelo de regionalização do turismo exige novas posturas e novas estratégias na gestão das políticas públicas; exige mudanças de relacionamento entre as esferas do poder público e a sociedade civil; exige negociação, acordo, planejamento e organização social. Exige, também, entender a região diferentemente da macrodivisão administrativa adotada no País – Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste. Deve-se perceber o conceito como um esforço coordenado de ações integradas entre municípios, Estados e países (BRASIL, MTur, 2004a, p. 11).

O governo deve, portanto, estabelecer relacionamentos que permitam a inserção e participação de todos os segmentos sociais, e de todas as esferas da administração pública, possibilitando assim, a desconcentração e descentralização das ações que conduzem o turismo no país.

O PRT tem como um de seus pressupostos a inclusão social, por isso o foco dos benefícios que resultam da atividade turística deve ser as comunidades locais. No programa, as ações e decisões que visam beneficiar a população serão postas em primeiro lugar, e serão deixadas em segundo plano, aquelas que favoreçam apenas um segmento.

As estratégias e ações operacionais que direcionam o Programa de Regionalização do Turismo estão organizadas em Gestão Coordenada, Planejamento Integrado e Participativo, e Promoção e Apoio à Comercialização. Essas linhas de ações específicas estão orientadas no sentido de atingir o padrão de qualidade do produto turístico e de sua inserção nos mercados consumidores.

A Gestão Coordenada consiste na formação de parcerias com vistas ao compartilhamento de propostas, responsabilidades e ações, e busca envolver os governos federal, estaduais e municipais, assim como a criação de instâncias que promovam a integração destes à comunidade nas etapas de planejamento, implementação e avaliação do programa (BRASIL, MTur, 2004a).

A respeito da integração da comunidade no processo de planejamento, seja qual for o tipo e o nível, Mário Beni (2007, p.127) destaca que todo programa ou projeto participativo “deve propiciar os meios e as condições para que os envolvidos possam atuar em todas as etapas do processo, discutindo, apresentando ideias, tomando parte na construção do consenso e na tomada de decisões”. A participação é um elemento essencial nas fases de concepção, planejamento e implantação do PRT, pois é ela quem determinará o comprometimento dos atores com os objetivos do programa, além de fortalecer a cidadania e favorecer o crescimento social, político, administrativo e tecnológico de cada grupo.

A visão do Planejamento Integrado e Participativo, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, considera que,

viabilizar a elaboração de planos estratégicos de desenvolvimento do turismo regional, de forma participativa, significa democratizar os espaços e os mecanismos de representação política da sociedade civil, permitindo as mudanças estruturais almejadas (BRASIL, 2004a, p. 13).

Essa democratização de espaços pode ocorrer através do planejamento participativo, que, segundo Mario Petrocchi (2001), deve voltar-se, prioritariamente, para os segmentos da sociedade que não se sentem inseridos no processo de formação de mudanças e

de desenvolvimento, procurando envolvê-los e conquistando o indispensável apoio às atividades do turismo.

O autor afirma ainda que, o planejamento do turismo precisa ter como base a comunidade, envolvendo-a na escolha de caminhos, na tomada de decisões e, posteriormente, na gestão compartilhada do turismo. São essas estratégias de inclusão, integração e compartilhamento que o Brasil tem procurado implantar para desenvolvimento da atividade turística em todo país.

6 CONCLUSÃO

O governo federal ao criar o Ministério do Turismo, buscou uma nova forma de fortalecer a política direcionada para o setor turístico, criou assim novas diretrizes políticas para a atividade no país. Dentro desta nova política de turismo foi criado o Programa de Regionalização que serviu como mecanismo de fortalecimento da descentralização das políticas, visando o desenvolvimento dos municípios agrupados em regiões turísticas de forma sustentável.

O PRT procurava estruturar e diversificar a oferta turística tendo como objetivos principais: aumentar o número de produtos turísticos de qualidade colocados para comercialização; diversificar os produtos turísticos contemplando nossa pluralidade cultural e diferença regional; diminuir as desigualdades regionais, estruturando produtos em todos os estados brasileiros e Distrito Federal, entre outros. (BRASIL, Mtur, 2003)

Ao descentralizar o controle sobre as políticas públicas o governo federal estimulou a inserção e participação de outros atores tais como: ONGs, sindicatos e a sociedade civil organizada, esse processo estimulou a participação da comunidade na tomada de decisões como nos afirma Dias e Matos:

A participação das comunidades em assuntos que lhe dizem respeito é uma parte essencial do desenvolvimento humano como um todo... Nesse sentido é que podemos afirmar que a participação é uma parte essencial no desenvolvimento das sociedades humanas (Dias; Matos, 2012. p. 160).

Desse modo esses públicos-alvo das políticas públicas podem fazer um levantamento de suas necessidades e prioridades exercendo seu papel de cidadão na elaboração dessas políticas.

As políticas públicas de turismo ainda é um fato recente a perceber pela criação do Ministério próprio para a atividade turística que foi criado apenas em 2003 e por isso muitos empecilhos ainda são encontrados. Dentre esses desafios encontrados para o desenvolvimento do turismo no Brasil, deve-se priorizar a melhoria dos produtos e serviços turísticos baseado na qualificação de equipe para elaboração e execução de bons projetos, além de investimentos financeiros em obras de recuperação de equipamentos turísticos e no fortalecimento de parcerias público-privadas.

O Programa de Regionalização sustentado na gestão compartilhada, participativa e descentralizada busca a valorização dos recursos e produtos turísticos e a ampliação dos destinos aos turistas, além da possibilidade de crescimento de cada município das regiões.

REFERÊNCIAS

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 8ª ed. São Paulo: SENAC, 2003.

_____, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007. 12º ed. rev. e atualiz.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes operacionais**. Brasília, 2004a.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: diretrizes políticas**. Brasília, 2004b.

CASTRO, L. L. C. **O Projeto Expedições pra o Turismo e Ação em Santo Amaro do Maranhão – Contribuições para a Construção das Políticas Públicas Municipais de Turismo**. São Luís, 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo), Universidade Federal do Maranhão.

CRUZ, R. C. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R., MATOS, F. **Políticas Públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

HALL, C. M. **Planejamento do Turismo: política, processos e relacionamentos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PETROCCHI, Mário. **Gestão de Polos Turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. In: Maria das Graças Ruas; Maria Izabel Valladão de Carvalho. (Org.). O estudo da política. Brasília: Paralelo 15, 1998.

VIEIRA, A. R. M. **Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luís-MA**. Brasília, 2011. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília.

ZAPATA, M. **Los Agentes Turísticos: uma aproximacion desde La sociologia y de La ciência política**. In: RUBIO GIL, A. (Coord.) Sociologia Del Turismo. Barcelona: Ariel, 2003.